

FRIDMAN, Fania. *Paisagem estrangeira*: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. 142p.

Leandro Ratton Pires da Silva\*

No livro *Paisagem estrangeira*, Fania Fridman resgata a memória de um bairro judeu localizado na região da Praça Onze, no Rio de Janeiro. Utilizando um rico acervo de fotografias, desenhos, mapas, *slogans*, anúncios de jornais e panfletos, aliados a uma densa fonte de documentos primários, a autora apresenta a formação, o desenvolvimento, o declínio e a extinção da principal comunidade judaica carioca enraizada na capital. O período temporal do estudo vai do final do século XIX até meados da década de 1940. Na reconstrução dessa trajetória, a vida cotidiana dos habitantes do bairro, seus usos e apropriações do espaço, as relações de tensão com o poder local, o impacto das intervenções urbanas realizadas, assim como suas experiências identitárias e as redes de sociabilidade formadas através de agremiações e entidades religiosas, políticas e culturais ganham forma e colorido.

O livro divide-se em quatro capítulos principais, seguidos de dois anexos. O final de cada capítulo é acompanhado de fotografias e mapas concernentes ao assunto tratado e que servem como referência rápida ao leitor, ora para a localização espacial de um bairro ou distrito mencionado no texto, ora para levá-lo à aventura de visualizar determinada situação ou fato através do impacto mudo das imagens. O primeiro anexo alude aos estabelecimentos e entidades judaicas presentes no bairro no período temporal analisado e o segundo refere-se aos documentos públicos dos órgãos policiais localizados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e utilizados como fonte documental da pesquisa.

Na introdução, após uma rápida reconstituição de alguns aspectos gerais da trajetória dos judeus no mundo, a autora discute alguns conceitos utilizados, esclarecendo o significado que adquirem na obra. Estabelece como conceito de colônia uma rede de cooperação que permite aos indivíduos superar barreiras e entraves por meio da afirmação de laços de solidariedade e coesão mútua entre os membros da comunidade. Com base no conceito de identidade

---

\* Mestrando em Ciências Sociais pela PUC Minas.

estabelecido por Manuel Castells, a autora afirma que a identidade do imigrante judeu na capital carioca se construiu através da resistência. Num contexto em que os judeus, e os estrangeiros em geral, não dispunham dos mesmos direitos que os brasileiros, uma das formas encontradas para fazer frente aos obstáculos foi o estabelecimento de redes de solidariedade em torno de projetos comuns.

Nessa perspectiva, o bairro não se define somente como porção do território urbano, mas também como lugar em que os moradores partilham um sentimento coletivo de pertencimento por possuírem uma herança simbólica comum, que dá lastro à identidade da comunidade. Por isso Fridman pensou o bairro judaico como um marco referencial (Kevin Lynch) identitário da comunidade judaica estudada, já que seus habitantes compartilharam entre si valores religiosos, lingüísticos, políticos e culturais que acabaram por ganhar forma no traçado do bairro através de entidades, agremiações e espaços de convivência. E tal referencial simbólico, ao ganhar contorno na vida cotidiana da comunidade, “mesmo que nem sempre seus limites estejam claros” (p. 19), possui papel importante diante dos conflitos que se manifestam no espaço urbano da Praça Onze.

No primeiro capítulo, a autora trata do espaço que, durante os oitocentos, viria a se tornar a Praça Onze, principal enclave onde se constituiria a colônia judaica. O então chamado Rocio ou Campo da Cidade era ocupado por uma população pobre, formada de negros, mulatos, plebeus e infames. Local de infra-estrutura precária e desprovido de condições salubres de higiene e moradia, teve sua área ocupada por várias irmandades e confrarias religiosas durante o século XVII. A chegada da família real portuguesa modificou as condições socioeconômicas do lugar. A partir do Segundo Reinado, as intervenções urbanas realizadas “representaram uma transformação dos usos possíveis para aquele ponto” (p. 25), pois a modernização da área gerou um novo fluxo demográfico, trazendo um novo perfil de morador, à medida que novas atividades comerciais se estabeleceram na região. Tais mudanças, segundo a autora, visavam a incorporar e integrar aquela área rural ao espaço da cidade, já que ela não se enquadrava no ideal de progresso e modernidade tão em voga no século XIX. Foram várias as modificações: abertura de avenidas, alinhamento e alargamento de ruas, construção de praças, largos e jardins, execução de obras portuárias, substituição de chácaras e solares por cortiços, fábricas e lojas, realização de obras de saneamento, como aterramento de

mangues e construção de novos canais, melhoramentos nos sistemas de transporte e iluminação. No local que veio a se tornar a Praça Onze e seus arredores estabeleceram-se aos poucos os escravos libertos provenientes da lavoura cafeeira fluminense e imigrantes estrangeiros (portugueses, espanhóis, italianos, árabes e judeus) atraídos pelo novo fluxo de atividades comerciais locais. As intervenções objetivavam modernizar a cidade do Rio de Janeiro de acordo com os ideais civilizatórios que o sistema de produção capitalista trazia em seu bojo. E tal cenário continuou a se reproduzir durante o período republicano.

Os capítulos dois e três são dedicados principalmente ao bairro judeu em si e a seus aspectos constitutivos. A autora nos informa que a Praça Onze e imediações tornaram-se ponto de convergência de inúmeros imigrantes estrangeiros, representando, entre 1870 e 1906, cerca de 30% da população da cidade. Formavam uma parcela importante do proletariado urbano, atuando especialmente no setor de serviços. Mas o perfil socioeconômico desse estrangeiro era de baixa renda. Muitos vieram às pressas, fugindo do anti-semitismo que ganhava força em grande parte da Europa e buscando melhores condições de vida. No cenário urbano carioca do início do século XX, a Praça Onze e arredores constituíram *locus* de moradia e trabalho para judeus de diversas origens e tendências religiosas, que traziam na bagagem conhecimentos práticos e especializados possíveis de serem empregados em bens e serviços oferecidos no local.

Traçando um panorama da vida cotidiana da comunidade, Fridman enfatiza a vida cultural efervescente e ativa do bairro, com a instalação de bibliotecas que abrigaram debates literários, palestras e cursos de cultura judaica, ensaios de orquestras, coro, teatro e encontros políticos. Ao longo das décadas de 1920 e 1930 diversos templos e sinagogas surgiram a partir de diferentes associações e entidades que se organizaram com o passar dos anos. Espaços de lazer promoviam bailes, noites de músicas, aulas de dança, jogos e atividades esportivas. Até livrarias surgiram e se tornaram ponto-de-venta de periódicos judaicos e de divulgação e debate de idéias. Essas redes de convivência e solidariedade arraigadas em uma herança cultural comum reforçavam os vínculos identitários da comunidade. A autora também aponta entidades judaicas de apoio aos judeus recém-chegados, que incentivavam o elo entre os seus membros através de ajuda material e amparo financeiro. Contudo, muitos judeus que conviveram naquele espaço pertenciam a tendências religiosas e

ideológicas às vezes opostas, o que levava à existência de focos de tensão. Mesmo porque a colônia judaica não vivia isolada do restante da cidade, mas interagiu em diversos níveis com outros agentes sociais.

Nessa época, a Praça Onze congregou a vida boêmia do Rio de Janeiro. Palco de inúmeras manifestações culturais populares, por ali desfilaram escolas de samba, cordões, ranchos e blocos de foliões. Zonas de meretrício, bares e gafieiras destinados às massas trabalhadoras também se fixaram ali. Essa imagem boêmia fez com que as autoridades públicas conferissem à região o estigma de “área perigosa”, local de baderneiros e malandros.

Mas o período em que as tensões no bairro judaico afloraram de forma mais substantiva foi no entreguerras. A ascensão do nazismo na Alemanha e a perseguição sistemática de judeus na Europa repercutiram sobre a colônia da Praça Onze. Com Vargas no poder, o anti-semitismo acirrou-se e a polícia política visou o bairro judeu, sobretudo por correlacionar judaísmo com comunismo. Essa associação atraiu a atenção do aparelho de repressão do governo, provocando detenções, prisões e deportações de membros da comunidade por suspeita de pertencerem ao PCB. Em 1935 o governo brasileiro passou a negar visto de entrada aos imigrantes judeus, situação que só piorou com a instalação do Estado Novo. Várias agremiações e entidades do bairro foram fechadas. Mas é nesse cenário, segundo Fridman, que formas de resistência coletiva surgiram, principalmente através dos periódicos, que circulavam registrando as perseguições. O aparato governamental agia também em outra frente, a dos planos urbanísticos que pretendiam renovar a fisionomia da região, desmantelando, conseqüentemente, os valores simbólicos e identitários ali presentes.

Por fim, o quarto capítulo descreve o desmembramento dos distritos que formavam o bairro judeu pelas reformas urbanas empreendidas pelo poder público local. Trata-se de uma característica intrínseca dos governos ditatoriais: a reformulação estética e arquitetônica da paisagem urbana através de grandes intervenções no espaço. Obras monumentais funcionam como marco inaugural de uma nova concepção de homem e de civilização, na visão dos sistemas totalitários. Ao mesmo tempo em que transformava a cidade do Rio de Janeiro para melhorar o sistema viário e facilitar a circulação de mercadorias e pessoas, o governo do Estado Novo atuava sobre as áreas consideradas potencialmente perigosas, matando duas jogadas em uma só tacada. “Provavelmente era imperativo para o Estado evitar o agrupamento territorial contínuo

daquelas [entidades judaicas] e apagar toda materialidade simbólica que autorizasse ou favorecesse a transmissão de uma identidade específica, diferente” (p. 90). Assim, as intervenções na Praça Onze e arredores começaram em abril de 1941 para a abertura da avenida Presidente Vargas, causando a desapropriação de inúmeras residências e instituições, como também o deslocamento de moradores. Nas palavras finais da autora, “havia chegado a hora do pequeno mundo acabar” (p. 101).